

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)

Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. As duas instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3 454, e a instituição passou a ser denominada SPI.

O SPI foi extinto em 1967 quando da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

ORIGENS

A catequese missionária não conseguia converter os índios, impedir as invasões de seus territórios, nem impedir o extermínio de inúmeras tribos. Muitas desapareceram pelo contágio de doenças transmitidas pelos invasores, ou pela matança promovida por matadores profissionais, os chamados bugreiros, que eram contratados pelos especuladores de terras.

A situação se agravou quando da abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que atravessava o território dos índios Kaingang, no estado de São Paulo, desencadeando uma disputa armada entre esses índios e os trabalhadores da estrada de ferro. O mesmo ocorreu em Minas Gerais e no Espírito Santo, quando os índios Botocudos reagiram à invasão de suas terras por colonos. Também no sul do Brasil, em Santa Catarina e Paraná houve lutas entre índios e colonos.

Em 1908, durante o XVI Congresso de Americanistas, em Viena, Áustria, houve denúncias de que o Brasil estava massacrando os índios. Essa denúncia levou o governo federal a buscar uma ação de proteção leiga e privativa do Estado às populações indígenas.

Por outro lado, a atuação do positivista, então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Matogrosso ao Amazonas (1907-1915), onde teve contato pacífico com vários povos indígenas, o levou a formulação de propostas para que o governo federal assumisse as tarefa de evitar o extermínio dos povos indígenas e instituir uma ação de assistência e proteção a essa população.

ATUAÇÃO

O então tenente-coronel Cândido Rondon foi convidado a dirigir o novo órgão criado. Ele imprimiu ideias positivistas a orientação e as atividades da instituição. Estabeleceu a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política indicava o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia, essa diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade brasileira.

Os índios foram incluídos dentre aqueles que têm uma redução da capacidade participativa, os “relativamente incapazes”, foram colocados junto a maiores de 16/menores de 21 anos, de acordo com o Código Civil Brasileiro de 1917. Os povos nativos necessitavam de proteção e caberia ao aparelho de Estado o papel de mediador, de tutelar os índios.

De 1910 a 1930, o SPI fez parte do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; de 1930 a 1934, esteve ligado ao Ministério do Trabalho; de 1934 a 1939, foi integrado ao Ministério da Guerra, como parte da Inspetoria de Fronteiras; em 1940 voltou ao Ministério da Agricultura e, mais tarde, passou para o Ministério do Interior. Em 1939, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) com o objetivo de atuar como órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira. A ideia seria a de que o SPI daí por diante teria somente atribuições executivas, o que não ocorreu.

A atuação do SPI se concentrou na pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização recente. Em São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso e outras regiões foram instalados postos indígenas. Após a consolidação da pacificação eram feitas negociações com os governos estaduais para a criação de reservas de terras para a sobrevivência física dos índios. Progressivamente eram introduzidas atividades educacionais voltadas para a produção econômica e ações destinadas a atender as condições sanitárias dos índios.

O SPI buscou garantir a posse de terras aos índios através da concessão de terras devolutas. Inúmeras propostas foram feitas pelo SPI de criação de terras indígenas e que foram negadas pelos governos estaduais.

Nos postos indígenas eram instalados oficinas mecânicas, engenhos de cana de açúcar e casas de farinha, e os índios treinados em diversos ofícios. As crianças eram enviadas às escolas dos postos, sendo que estas também recebiam filhos de colonos de

empregados dos postos e crianças da população vizinha, o que permitia um processo de integração da população.

O SPI enfrentou durante toda a sua existência problemas de carência de recursos e dificuldades de qualificação de seu pessoal. A atuação do órgão acabou por gerar resultados opostos à sua proposta. Eram frequentes as denúncias de casos de fome, doenças, assassinatos e escravização. No início da década de 1960, sob a acusação de genocídio, corrupção e ineficiência o SPI foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O processo levou à demissão ou suspensão de mais de cem funcionários de todos os escalões. Em 1967, durante o regime militar, o SPI e o CNI foram extintos e substituídos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Alzira Alves de Abreu

FONTES:

FREIRE, C. Serviço; LIMA, A. Fundação; LIMA, A. Grande; Serviço de Proteção aos Índios.